

Violência: a expressão afetiva de nossa época

Maria Laurinda R. Sousa

Maria Laurinda R. Sousa é psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora do curso Psicanálise do mesmo Departamento de 1983 a 2024. Membro do Núcleo Semente: Saúde Mental e Direitos Humanos Relacionados ao Trabalho, do mesmo Instituto. Professora do curso Saúde Mental Relacionada ao Trabalho. Escritora. Ensaísta. Autora dos livros: *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005), *Vertentes da Psicanálise* (Pearson, 2017), além de livros de crônicas e de contos infantis e artigos em várias coletâneas.

Resumo Somos invadidos diariamente por relatos e cenas de violência; vivemos numa sociedade de guerra. Este texto se propõe a fazer uma análise dessa realidade, considerando suas faces de exclusão, extermínio e transbordamentos. Que convocações essas dinâmicas político-econômico-culturais fazem à Psicanálise? Que respostas têm sido construídas? Ao final, imaginam-se horizontes possíveis.

Palavras-chave violência; guerra; neoliberalismo; racismo; decolonização; violência no trabalho.

DOI: 10.70048/percurso.75.31-40

Temos escrito com frequência a palavra democracia... É uma grande palavra cuja história, suponho, ainda está por cumprir-se
[Walt Whitman]

Pensem nas crianças mudas telepáticas. Pensem nas meninas cegas inexatas. Pensem nas mulheres rotas alteradas... Não se esqueçam da rosa de Hiroshima
[Vinícius de Moraes]

Como falar da violência quando toda a tonalidade afetiva de nossa época parece contaminada por suas manifestações? Somos invadidos diariamente pelos relatos de sua intensidade: violência na política, na degradação do meio ambiente, nas desigualdades, na fome, no assassinato e exclusão dos direitos aos povos originários, nos corpos privilegiados como alvos para a morte (pretos, pobres, população lgbtq+), nos feminicídios, na deriva dos refugiados. No uso abusivo e sem controle das Big Techs e das redes sociais. Nos desencontros violentos do cotidiano.

Em qualquer momento do dia, as notícias trágicas nos alcançarão. “No dia 6 de agosto de 2025, mais uma cena de violência na escola: uma menina de 13 anos foi colocada contra a parede e agredida por 4 colegas porque não quis dar um ‘geladinho’ para outra menina. A cena, filmada pelos agressores, foi colocada na internet”. A violência na escola reproduzindo a violência da sociedade; redes sociais funcionando como tela onde se difunde e se goza com a violência. Recentemente, a série *Adolescência* nos impactou com uma história semelhante evidenciando o desamparo e a solidão a que as crianças e adolescentes estão submetidos.



para Eric Hobsbawm
o século xx foi uma
Era dos Extremos, matando-se
mais pessoas do que em
qualquer outra época

A sociedade atual tornou-se uma sociedade de guerra; nações invadidas, devastadas, populações exiladas. Bombas explodindo, corpos mutilados e esqueléticos nos assombrando. A ausência de mediações, de possibilidades de elaboração e o interesse de propriedade¹, que desconhece a existência do outro e suas necessidades, faz com que a violência se dissemine globalmente.

Para Eric Hobsbawm o século xx foi uma *Era dos Extremos*, matando-se mais pessoas do que em qualquer outra época. O final da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela tragédia do lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroshima e, logo em seguida, sobre Nagasaki. Anunciando o risco do que se seguiria, Albert Camus fez um alerta em favor da vida, no editorial do jornal *Combat*, no dia 8 de agosto, dois dias após a queda da bomba:

É preciso dizer, desde hoje, que, com os meios terríveis de destruição de que dispõe a humanidade, corremos o risco de ver a civilização mecânica atingir o seu último grau de selvageria. Será necessário escolher, num futuro mais ou menos próximo, entre o suicídio coletivo ou a utilização inteligente das conquistas científicas.

O século XXI iniciou-se com outra cena de destruição: a queda do World Trade Center². Os ataques que se seguiram revelaram a continuidade do *desmoronamento*³. Quando escrevi sobre a violência, em 2003, as notícias da guerra no Iraque nos bombardeavam com cenas semelhantes às que vemos hoje em Gaza, na Ucrânia e no ataque recente ao Irã. Reafirma-se o que Agamben já havia enunciado: “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”⁴.

Indignada com o que está acontecendo em Gaza, Rita Segato perguntou: “Que fazemos num mundo em que a lei é um poder de morte?”. E acrescentou: “Me defino como ex-humana. Não quero pertencer a esta espécie sinistra, genocida”⁵.

Desde outubro de 2023, quando ocorreu a terrível invasão do Hamas, outros territórios, além da Palestina, estão sendo atacados pelo governo de Israel. As notícias sobre Gaza nos mostram mortes por fome e assassinatos na fila de coleta de alimentos; a fome e o controle da água sendo usados como armas de guerra. Crianças têm pesadelos com bombas caindo sem parar. Com medo de não serem identificadas, escrevem o nome em sua pele; garantia de que não serão apenas números. Ilan Pappé, em mesa na FLIP deste ano, afirmou: “Não fiquei surpreso com a violência do Hamas. Não fiquei surpreso com a violência de Israel. Fiquei surpreso com a indiferença à continuidade dos ataques. Infelizmente falta às elites políticas dignidade moral para tratar dessa questão”.

É verdade. O silêncio e a indiferença são insustentáveis. Mas muitas vezes reagiram. Temos assistido a movimentos de protestos e pedidos de fim ao genocídio da Palestina. Movimentos pela paz e pela liberação dos reféns. Vozes de jovens e ativistas judeus saindo às ruas e declarando: *Não em nosso nome!* São significativos os vários manifestos, como a Carta Aberta, escrita por um grupo de psicanalistas do Instituto Sedes Sapientiae, convocando a comunidade psicanalítica a se posicionar pelo fim do genocídio na Palestina.

Mas muitos resistem ao reconhecimento dessa tragédia, criando uma confusão entre o que é o antissemitismo e o que são críticas legítimas ao governo de Israel e aos que o apoiam. Nesse clima fratricida, manifestações antissemitas reapareceram na cena pública mostrando também o efeito de um deslocamento indevido: um povo sendo julgado pelos crimes de seus dirigentes. Situação complexa que reacende histórias trágicas anteriores.

Outros territórios estão em guerra e as mortes são mostradas cruamente, denunciando a tragédia da *licença* para matar, *legitimando* exclusões,

racismos e apropriação de riquezas dos países invadidos. Um imaginário de salvo conduto para apropriação dos corpos, de suas terras e de seus direitos legítimos de viver e sonhar o presente e o futuro.

A intensidade dessas violências nos faz partilhar do desejo enunciado por Rita Segato: ir para fora do mundo. Desver o que insiste em ser visto. Saída mágica pelo caminho da alienação e da recusa. No entanto, o espectro resultante daquilo que não fazemos, da indiferença, volta a nos assombrar demandando responsabilização e luta:

Quando perco uma oportunidade ética crucial e deixo de realizar a ação que “mudaria tudo”, a própria inexistência do que eu deveria ter feito há de me perseguir para sempre: apesar de não existir o que eu não fiz, seu espectro continua a insistir.⁶

Algo próximo ao que Hardt e Negri apontam quando afirmam que, diante do terror, não basta a indignação; são necessários atos que rompam o circuito das mortes. Atos que eles nomeiam como luta pela libertação: o *ousar saber* derivando para o *saber ousar*.

- 1 Em *Bem-estar comum*, Hardt e Negri fazem uma análise da República da propriedade como uma das grandes questões que impede o bem-estar comum: a propriedade privada, em sua forma capitalista, produz uma relação de exploração no sentido pleno – a produção do humano como mercadoria.
- 2 V. Safatle, em *Só mais um esforço*, propõe outra leitura: marcar o início deste século pelos movimentos de resistência, como foi a Primavera Árabe. Tento demarcar alguns deles, ao longo do texto. No entanto, estou atravessada pelo aniquilamento e silenciamento dessas forças. A revolução do Haiti e sua destruição ainda ecoa sobre nós.
- 3 Eric Hobsbawm (2002) nomeou as três últimas décadas do século passado (1973-1991) como Era do Desmoronamento; tempos de crises econômicas em que se deu a ascensão do Neoliberalismo.
- 4 G. Agamben, *Estado de exceção*, p.12.
- 5 Entrevista de Rita Segato, antropóloga argentina, no Instagram, em “Diálogos pela democracia”, jun. 2025. Segato foi professora na Universidade de Brasília e coautora na primeira proposta de cotas para estudantes negros e indígenas na educação superior.
- 6 S. Zizek, *Bem-vindo ao deserto do real*, p. 37.
- 7 Aimé Césaire foi o criador do termo *negritude*: “plantar nossa negritude como uma bela árvore, até que ela dê seus frutos mais autênticos”. Mais tarde, ele se afastou do sentido inaugural do termo para dizer: “Sou da raça daqueles que são oprimidos”. *Discurso sobre o colonialismo*, p. 93.
- 8 A. Mbembe, *Necropolítica*.

»
*cabe-nos, então, perguntar
se há algo específico em nossa
época para que
a violência tenha essa
dimensão de excesso*

Violência: uma prática de extermínio e transbordamentos

Que a violência não é um fato novo, Hannah Arendt já o confirmara em seu livro *Sobre a violência*, mostrando-nos que suas manifestações sempre acompanharam o processo histórico. Aimé Césaire descreveu inúmeras cenas de crueldade, de ódio e de mortes sem que houvesse indignação e revolta dos ditos países civilizados, colonizadores. Pelo contrário, foram enunciadas justificativas: uma espécie de expropriação para o bem de todos, para que as riquezas não ficassem confinadas na mão de povos indigentes, que não sabem aproveitá-las; a colonização feita em nome de Deus ou da utilidade pública. Diante dessa realidade, propôs uma equação sintética e precisa: colonização = coisificação. Podemos acrescentar à fórmula outro item: extermínio⁷. Mbembe propôs o conceito de necropolítica e necropoder para dar conta, em nosso mundo contemporâneo, de como o neocolonialismo, o racismo e o poder das armas é utilizado para destruir o número máximo de pessoas e criar *mundos de morte*⁸.

Cabe-nos, então, perguntar se há algo específico em nossa época para que a violência tenha essa dimensão de excesso e seja, em muitas situações, naturalizada.

Será o poder econômico, em sua face neoliberal, em expansão desde a década de 70 do século passado, com seu caráter extrativista, imperialista e colonizador, com seu desejo de acumulação por desapropriação, um valor maior que a riqueza das subjetividades singulares e das histórias próprias de cada povo? Joel Birman é assertivo na resposta: “A promoção do estado de guerra e da guerra



na tentativa atual de retomada
do imperialismo pelos EUA,
podemos reconhecer
o uso dessas estratégias

permanente evidência, efetivamente, a face macabra do neoliberalismo, que suspendeu os *direitos sociais* e rompeu ativamente com os laços sociais, sempre em nome dos imperativos do mercado”⁹.

Serão os meios de difusão globalizados e instantâneos, invadindo-nos com cenas ininterruptas das guerras e das tragédias que acontecem no mundo, um dos fatores que faz transbordar nosso psiquismo, provocando mais violência ou indiferença e apatia?¹⁰

Os dados atuais tendem a confirmar essas hipóteses. A cultura neoliberal, ao colocar o acento no individualismo e na concorrência, faz com que a alteridade, submetida ao *narcisismo das pequenas diferenças*, torne-se uma ameaça e um convite à exclusão. O outro não Eu, portador de tudo que rompe com a *imagem ideal do si mesmo*, torna-se facilmente um inimigo a ser destruído, um povo a ser desumanizado, uma nação a ser eliminada.

A política econômica das privatizações, com o ataque aos direitos e às organizações coletivas de proteção social, tem fomentado a destruição e desqualificação do patrimônio público, das políticas de bem-estar social, das experiências marcadas pela solidariedade e cooperação. Suas demandas e seus efeitos são naturalizados, fazendo parecer que as hierarquias, as exigências e as sujeições são necessárias, tornando-se internalizadas e valorizadas. “A internalização psíquica é um dos deslocamentos topológicos centrais da violência... o *front* da batalha não se desenrola externamente, mas dentro da pessoa”¹¹. É assim que assistimos, com pouca resistência, à justificativa imperialista de que os gastos com armamentos são prioridades contingenciais para manutenção da ordem e da democracia. Uma democracia

esvaziada de seu sentido simbólico; submetida ao que Naomi Klein¹² nomeou de *capitalismo do desastre*: aproveita-se o momento de uma grave crise e privatiza-se o Estado, transformando essa mudança em uma prática permanente. “Sempre foi assim, desde o tráfico de escravos no Atlântico até a crise climática contra a natureza; ele é tão inconsequente que é construído sobre essa disposição de sacrificar vidas em nome do lucro”.

Em outra dimensão do que nos atravessa como violência, temos a expansão constante de falsas verdades, de apelos ao consumo, de excesso de informações convocando nossa atenção e impedindo a pausa e o silêncio. São sintomáticos seus efeitos: dispersão, irritabilidade, agitação, perda da memória e de concentração. Permito-me nomear de “armamentos digitais” esses dispositivos que impedem o pensamento e o juízo crítico sobre a realidade que nos atinge e nos dessubjetiva.

Jurandir Freire Costa refere-se a essa estratégia de falsas verdades, que se alastra pelo campo político, como “*mentira coletiva*: ela é permanente e deliberadamente propagada, com a finalidade de recrutar simpatizantes e militantes e de uniformizar as diferenças, transformando-as em massas homogêneas e submissas aos chefes autoritários-totalitários”¹³. Em sua leitura sobre a violência, coloca em destaque os efeitos traumáticos desse abuso de poder que tem no ódio – o ódio cultural – um instrumento de luta pela hegemonia de certas visões de mundo; a imprecisão de sentido e a ignorância sobre o que se fala e se difunde, sendo engrenagens fundamentais dessa máquina de ódio¹⁴. Edgar Morin¹⁵, em outro contexto, também enfatiza que um dos aspectos mais odiosos da propaganda de guerra é a *mentira de guerra*, sendo uma das piores a de atribuir seus próprios crimes ao inimigo; esse ódio ao inimigo estendendo-se para o fanatismo, alimentado pela mídia nos tempos de paz.

Na tentativa atual de retomada do imperialismo pelos EUA, podemos reconhecer o uso dessas estratégias – *mentira de guerra*, *mentira coletiva* e *instrumentalização da máquina do ódio*, presentes também em momentos históricos anteriores



em que, com a alegação de estar defendendo a segurança, a liberdade e a democracia, o governo americano ousou interferir em governos legítimos e provocar a instalação de ditaduras coniventes com seus interesses políticos e econômicos. No Brasil, as ameaças atuais à sua soberania encontraram alibi nas reivindicações e movimentos de grupos de extrema-direita que tentam impedir o cumprimento da justiça e desestabilizar o país.

O que esses cenários nos revelam é a persistência de jogos políticos marcados pelo abuso da força, por discursos de ódio que tentam legitimar suas ações numa tentativa de cooptar adeptos e anular resistências. Expande-se perversamente uma ideologia totalizante que fomenta os interesses mercadológicos, extrativistas, as invasões, o desterro de populações que ficam à deriva, e impossibilita a convivência solidária e a organização do comum.

Convocações atuais à Psicanálise

Um médico calmo e sonolento carregou os corpos em um caminhão militar
[Serhiy Zhadam]

Delatar o sistema colonial e racista é talvez o primeiro passo para nos descolonizarmos
[D. Pavón-Cuéllar]

A violência reverbera na clínica e nos convoca a um trabalho insistente para desvelar o que permanece oculto ou silenciado. Que reconhecimento fazemos dos atravessamentos históricos

que reconhecimento fazemos dos atravessamentos históricos de exclusões e violência em nosso campo? Do papel da psicanálise durante os regimes de exceção?

de exclusões e violência em nosso campo? Do papel da psicanálise durante os regimes de exceção? De suas manifestações diante de cenas de autoritarismo e abuso de poder? Psicanálise e política? De que imbricações se trata?

O número 68 da *Percurso* traz artigos que tratam dessas questões. Na entrevista sobre “violência e delicadeza”, Paulo Endo fala de momentos cruéis de silenciamento e de conluio da psicanálise com o autoritarismo, mas também faz relatos de atos de resistência e de reconhecimento de sua potência política. Na sessão Debate, um convite a falar do fascismo. No texto de Maria de Lourdes Caleiro Costa, uma pergunta final me interessa: “o que tudo isso tem a ver com a psicanálise?”, e sua resposta: “O que tudo isso não tem a ver com a psicanálise?”

O sofrimento decorrente do racismo convoca-nos a vislumbrar o véu que o encobria, como se as questões da branquitude (com sua falsa pretensão de universalidade) e da negritude não existissem. A política de cotas tornou mais evidente os efeitos desse mascaramento que se desloca também para outros aspectos da formação. É recente, entre nós, a leitura de autores negros e afro-brasileiros e o reconhecimento de sua importância na defesa de uma história real (que conteste a que foi escrita por mãos brancas), de seus movimentos de resistência e de luta pela liberdade e pelo combate ao racismo e ao colonialismo.

No início de sua carreira, Fanon¹⁶ convocou o homem de cor a se libertar de si mesmo. Ou seja, a se libertar da identidade aprisionante, racialmente imposta, expressão da violência coletiva, e se apropriasse de sua singularidade em direção a uma nova humanidade. Para ele capitalismo,

9 J. Birman, *Guerra, catástrofe e risco*, p. 13.

10 Em meu livro *Violência* (2005), faço uma discussão sobre essas questões.

11 B.-C. Han, *Topologia da violência*, p. 22.

12 A. Davis; N. Klein, *Construindo movimentos*, p. 9.

13 J.F. Costa, *Além do princípio do pudor*, p. 30.

14 J.F. Costa, *Violência e Psicanálise*, p. 19. Na 4ª edição revista e ampliada, Jurandir analisa a espinhosa questão de como pensar a metapsicologia presente na passagem da realidade exterior para a realidade psíquica. Um exemplo claro dessa investigação é sua conclusão de que o “narcisismo moderno é um *narcisismo regenerador* [...] uma maneira encontrada pelo indivíduo de limitar os efeitos violentos da sociedade de consumo” (p. 192).

15 E. Morin, *De guerra em guerra. De 1940 à Ucrânia*.

16 F. Fanon, *Pele negra. Máscaras brancas*.



é necessário restituir àqueles que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada [Achille Mbembe]

colonialismo e racismo estavam (e estão) intensamente imbricados. Na mesma direção, Neusa Santos Souza explicitou que, para conquistar essa autonomia, é necessário produzir um discurso sobre si mesmo; um discurso que se fundamente no conhecimento concreto da realidade.

Malcom Ferdinand¹⁷ estabeleceu uma outra consequência relacionada ao colonialismo e à escravidão: a destruição ambiental. A exploração das terras e a desconsideração pelas práticas de cuidado dos povos que as habitavam deixam essa população exposta aos riscos decorrentes do uso de agrotóxicos e do empobrecimento do solo, impondo migrações precárias em busca de melhores lugares de subsistência. A partir das experiências de resistência vividas no Caribe, Ferdinand propõe uma *ecologia decolonial*: um mundo desvencilhado de escravizações, violências sociais e injustiças políticas. Um mundo em que os colonizados racializados tenham seu saber reconhecido e lugar de fala sobre as questões ambientais. Essa ecologia decolonial, diz ele, “é um grito multissecular de justiça e de apelo por um mundo”.

Em defesa da mesma causa, Mbembe¹⁸ lança seu grito ao afirmar que existe só um mundo e todos temos o direito de viver nele, mas para construir esse mundo “é necessário restituir àqueles e àqueles que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada”. Restituir não no sentido imaginário de uma origem alcançável, mas antes no sentido do que teria sido possível se outras condições fossem atendidas e, mais propriamente, no que pode ser alcançado de acordo com a lógica do desejo e das forças revolucionárias atuantes no combate à dominação colonial.

Um encontro importante, realizado no Sedes em 2012, pelo Departamento de Psicanálise, colocou em cena o racismo reconhecendo-o como estruturante da sociedade brasileira e como questão para os psicanalistas brasileiros. Na fala de Noemi Moritz Kon, uma das organizadoras do encontro e depois do livro *O racismo e o negro no Brasil*, nosso país “nunca ajustou contas com suas dores terríveis, obscenas, da colonização e da escravidão”¹⁹, e esse tema pouco tem sido investigado pela psicanálise brasileira. Maria Lucia da Silva²⁰, psicanalista, mulher negra, ativista do Movimento Negro, foi quem lançou a faísca para esse encontro ao se dar conta de como o racismo criava desconforto e se manifestava nas relações institucionais. Em sua análise, “a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida em que sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana”. No mesmo livro, Tânia Veríssimo faz uma análise sobre a incidência da recusa na relação do brasileiro com o racismo e pergunta: “Quais serão os destinos dados para aquilo que marca o corpo do sujeito e não pode ser nomeado como violência?”²¹.

Depois desse encontro, outros foram sendo organizados, novos autores foram introduzidos nas referências dos cursos, e a instituição vem sustentando uma política de cotas e espaços de letramento sobre o racismo e sobre a história colonial e anticolonial do Brasil; movimentos de enfrentamento da psicanálise às violências instituídas. Isildinha Baptista tem sido voz atuante e reconhecida nesse desvelamento. Em seu livro *A cor do inconsciente*, e numa série de ensaios e palestras, evidencia a dimensão psíquica do racismo mostrando como a realidade histórico-social determina configurações psíquicas próprias para os corpos negros, e como isso tem sido causa de violências extremas, que vão da invisibilização ao aniquilamento.

Os mesmos adjetivos apontados acima – criminalizar, desqualificar, inferiorizar – podem ser aplicados às manifestações das sexualidades que não estejam regidas pelas normas dominantes entendidas como universalizantes. E se considerarmos



entre as várias faces
da violência contemporânea,
vejamos, de forma mais específica,
a que se manifesta no mundo
do trabalho

a interseccionalidade desses fatores – raça, gênero, classe social –, as discriminações ganham tonalidades e intensidades de violência diferentes. De acordo com o padrão colonial moderno e binário, só adquirem poder e capacidade política os sujeitos e coletivos que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais. Tudo que não se apresente dessa forma – o *outro indígena*, o *outro não branco*, o *outro não heterossexual*, o *outro mulher*, o *outro negro, pobre, mulher* –, é resto e alvo fácil da violência²². Foi somente a partir dos anos 70 do século passado que as ditas minorias (gays, mulheres, travestis, negros) ganharam visibilidade nas lutas pelo reconhecimento, quebrando as fronteiras entre o normal e o patológico.

Na história do movimento psicanalítico, leituras patologizantes do que escapava à binaridade normativa de gêneros funcionaram como forma violenta de exclusão, reverberando o que é vivido no campo político social. Thamy Ayouch, em entrevista realizada no Uruguai, em 2024, por ocasião do congresso sobre erotismo e subjetividades em mutação, fez um depoimento de sua própria experiência como alvo dessas práticas opressoras, enfatizando a necessidade de se reconhecer os efeitos sociopolíticos na transferência e contratransferência e os movimentos possíveis para o exercício de uma psicanálise decolonial.

A violência no trabalho

Entre as várias faces da violência contemporânea, vejamos, de forma mais específica, a que se manifesta no mundo do trabalho, atravessado que está

pela expansão da racionalidade neoliberal. Movimentos que vêm insistentemente denunciando a precarização do trabalho e a existência de situações degradantes análogas à escravidão nos convocam a um olhar para a violência que aí se perpetua, também como herança do escravagismo e do racismo. Notícias recentes nos falam de uma *escravidão moderna* nos EUA; um sistema de trabalho de 72 horas semanais, com escala das 9 às 21h, seis dias por semana. Esse sistema se originou na China, mas encontrou forte resistência e foi proibido. Nos EUA, mesmo com críticas, o modelo tem sido adotado. Na justificativa, o aumento da competitividade interna e com a própria China; efeitos claros de uma política neoliberal. O mercado acima da vida.

Há, em Freud, dois textos que tratam especificamente de manifestações ligadas ao trabalho. Em “Inibição, sintoma e angústia”²³, refere-se às inibições no trabalho com características de fadiga, lentidão, diminuição do prazer, distrações contínuas e perda de tempo; um adiamento constante da tarefa a ser cumprida. Se de início ele está interessado em mostrar como se forma metapsicologicamente a inibição ou o sintoma, vemos na menção à segunda teoria da angústia, a angústia sinal, uma abertura para pensar o que, no mundo do trabalho, surge como fator traumático, provocando as reações mencionadas.

Em outro momento, no “Mal-estar na cultura”, numa breve nota de rodapé, Freud argumenta que nenhuma outra técnica de condução da vida liga o indivíduo tão fortemente à realidade e à comunidade humana, como a insistência no trabalho²⁴. Um pouco mais adiante ele fará uma advertência sobre o risco de se esperar satisfação de uma única fonte. E, ao apontar

17 M. Ferdinand, *Uma economia decolonial*, p. 37.

18 A. Mbembe, *Crítica da razão negra*, p. 313.

19 N.M. Kon, “À guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 19.

20 M.L. Silva, “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 82.

21 T.C. Verissimo, “O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social”, in *O racismo e o negro no Brasil*, p. 234.

22 R.L. Segato, “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial”, *E-cadernos CES*, n. 18.

23 S. Freud, “Inhibición, síntoma y angustia”, in *Obras completas*.

24 S. Freud, “El malestar en la cultura”, *op. cit.*, p. 80.



como nos colocamos, enquanto analistas, neste mundo do trabalho? Reconhecemos nosso lugar como trabalhadores(as), atravessados(as) pela precarização?

para o fim da análise, anuncia o desfazimento das inibições e uma capacidade maior para o amor e para o trabalho.

É possível afirmar ainda hoje que o trabalho tem essa positividade? Sem dúvida, há situações exemplares que reafirmam essa possibilidade. Porém, a situação atual dos trabalhadores e trabalhadoras – submetidos às plataformas, aos algoritmos, à uberização, à exclusão dos direitos, ao avanço do trabalho digital, ao trabalho intermitente, ao desemprego aberto, ao trabalho morto em detrimento do trabalho vivo – não nos permite ser otimistas.

Acosado pelo ditame do desempenho, iludido pela ideia de que tudo é possível e pelas falácias internalizadas do *empendedorismo* e do lugar de *colaborador*, o trabalhador contemporâneo convive com a demanda constante de autorrealização e com o sofrimento do fracasso e da culpabilização. Estar sempre disponível é a meta cotidiana que tem como efeito o aumento da carga de trabalho, a eliminação do tempo de descanso, a perda de direitos e, em última instância, a coisificação. “O sujeito do desempenho explora a si mesmo até chegar a consumir-se totalmente (*burnout*)”²⁵. Precarização do trabalho e da vida.

Já em 1966, Marcuse²⁶ havia chamado a atenção para a alienação no trabalho, incompatível com Eros, e para o predomínio do *princípio do desempenho*, uma expansão perversa do princípio da realidade, onde a alienação e a arregimentação se alastram para o tempo do prazer.

A crise do coronavírus marcou o período de maior aceleração dos processos e fenômenos sociais típicos do neoliberalismo: a individualização das relações de trabalho, a atomização dos locais de trabalho e sua precarização, a expansão veloz do mundo digital, o agravamento das disparidades e riscos sociais²⁷.

Semiterminada a pandemia, a volta às ruas e aos espaços coletivos não tem sido fácil. Desaprenderam-se as práticas do convívio, o trabalhar junto, o lugar da alteridade. A vida tornou-se mais insegura. O tempo mais acelerado²⁸.

Mas o mundo do trabalho tem sido também palco de reivindicações. A luta pelo fim da escala 6x1, apoiada nas palavras de ordem *vida além do trabalho*, ganhou o espaço público e possibilitou o resgate de outros afetos – a solidariedade e a cooperação.

Interessa-me, também, lançar aqui uma provocação. Como nos colocamos, enquanto analistas, neste mundo do trabalho? Reconhecemos nosso lugar como trabalhadores(as), atravessados(as) pela precarização? O que isso provoca nas idealizações e projetos que construímos sobre esse lugar? Que efeitos há sobre os espaços de formação em função das demandas de reconhecimento?

Naquilo que rege a ética da Psicanálise, seja no campo da formação, no campo da clínica privada ou da assistência pública, estaria a possibilidade de se pensar o trabalho do analista como uma abertura para a marginalidade transgressiva original de sua construção? Um tempo e lugar onde é possível a espera, a pausa, o reconhecimento do desejo, da singularidade? Onde haja abertura para o que Foucault²⁹ nomeou como a insurreição dos saberes; uma insurreição contra os efeitos centralizadores dos poderes vinculados às instituições oficiais, às hierarquias dominantes?

Mas não estará esse lugar imiscuído pelas leis do Mercado? Não é para esse risco que precisamos estar sempre atentos? Para os riscos da moral das instituições regulada por um sistema normativo que inviabiliza as práticas da transgressão e da subjetivação?

Horizontes possíveis

Há um outro mundo na barriga deste, esperando. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.

[Eduardo Galeano]

As situações traumáticas que vimos descrevendo e que entendemos como a expressão afetiva de nossa época deixam-nos numa posição insistente de dívida. Dívida com os que pereceram ou foram e são vítimas dessas situações trágicas. Se são reconhecidas e nomeadas, podem encontrar vias de sublimação. Se não são reconhecidas, isso as torna intermináveis; queixas infundáveis de sujeitos melancolizados inseridos numa cultura também melancolizada; o poder age produzindo em nós melancolia.

Camila Munhoz³⁰, em “Falas e ecos do trauma”, chama a atenção para os deveres éticos da psicanálise diante de uma realidade traumática:

Dentre os deveres éticos da psicanálise está reconhecer a realidade traumática, a violência vinda de fora... É preciso reconhecer o que vem de fora e o psiquismo se nega a reconhecer como próprio, já que isso seria desmentir a violência externa. Mas isso não basta; temos que estar ao lado do sujeito para que ele possa reconhecer a violência que não vem dele, mas se responsabilizar pelo que fará com ela, o que fará a partir dela.

Essa posição ética não se restringe ao par analítico; expande-se para o campo social.

Antônio Bispo dos Santos³¹ também propõe um antídoto contra o mundo mercantilista e des-subjetivante que transforma a vida em dinheiro e nos “mostra que não apenas é possível, mas muito mais

25 B.-C. Han, *Topologia da violência*, p. 25.

26 H. Marcuse, *Eros e civilização*.

27 R. Antunes, *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*.

28 L. Praun, “Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo”, in R. Antunes (org.), *Icebergs à deriva*.

29 M. Foucault, *Em defesa da sociedade*.

30 C. Munhoz, “Falas e ecos do trauma”, in *Testemunho e experiência traumática: trauma em tempos de catástrofe*, p. 107-108.

31 A.B. Santos, *A terra dá, a terra quer*, p. 14-15.

32 Multidão: sua existência independe de posição ou propriedade; tem um poder como corpo social e político radicalmente aberto e plural. A multidão não é; ela se faz, num processo contínuo de vir a ser.

»»
Camila Munhoz, em “Falas e ecos do trauma”, chama a atenção para os deveres éticos da psicanálise diante de uma realidade traumática

agradável viver outramente”. Em sua luta contra-colonial, sugere uma transformação da linguagem:

seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de *guerra das denominações*: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las... Por exemplo: se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, vamos dizer que a palavra boa é *envolvimento*.

Para Hardt e Negri, a história não pode ser entendida como o horizonte no qual o biopoder configura a realidade através da dominação. Pelo contrário, a história é determinada pelos antagonismos e resistências biopolíticas ao biopoder. Nesse sentido, fazem uma aposta na força coletiva dos corpos subjugados e na possibilidade de organização da *multidão*³² como estratégia política. Não só para romper e escapar da dominação, mas para encontrar uma forma alternativa de subjetividade e criar um mundo novo. É nesse sentido que propõem a mudança terminológica de modernidade para *altermodernidade*; uma passagem revolucionária que inclui, necessariamente, o reconhecimento do outro e os seus direitos; uma afirmação das singularidades. A quilombagem, o devir quilombo, é um exemplo potente dessa possibilidade.

Por fim, um desejo: que tenhamos a força de Antígona e não deixemos os corpos dos que perecem pela violência das tiranias e das guerras entregues ao relento e ao silêncio.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes R. (org.) (2023). *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt H. (2001). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ayouch T. (2024). Habitar las fronteras, lo político, lo indisciplinado, lo resistente y lo psicoanalítico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, n. 139, p. 245-273.
- Baptista I. (2023). *A cor do inconsciente*. São Paulo: Perspectiva.
- Birman J.; Fortes I. (orgs.) (2018). *Guerra, catástrofe e risco: uma leitura indisciplinar do trauma*. São Paulo: Zagodoni.
- Bispo dos Santos A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu.
- Césaire A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Davis A.; Klein N. (2020). *Construindo movimentos. Uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.
- Endo P. (2002). Violência e delicadeza. *Percurso*, n. 68, p. 93-112.
- Fanon F. (2008). *Pele negra. Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Ferdinand M. (2022). *Uma ecologia decolonial*. São Paulo: Ubu.
- Foucault M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire Costa J. (2023). *Além do princípio do pudor*. São Paulo: Zagodoni.
- _____. (2021) *Violência e Psicanálise*. São Paulo: Zagodoni.
- Freud S. (1926/1993). Inhibición, síntoma y angustia. In *Obras completas*, v. 20. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1930/1993). El malestar en la cultura. In *Obras completas*, v. 21. Buenos Aires: Amorrortu.
- Han B.-C. (2017). *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes.
- Hardt M.; Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record.
- Hobsbawn E. (1995). *Era dos extremos. O breve século xx 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. (2002). *Tempos interessantes. Uma vida no século xx*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Kon N.M.; Silva M.L.; Abud C.C. (org.) (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Marcuse H. (1966). *Eros e civilização*. São Paulo: Zahar.
- Mbembe A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1.
- _____. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1.
- Munhoz C. (2023). Falas e ecos do trauma. In *Testemunho e experiência traumática: trauma em tempos de catástrofe*. São Paulo: Escuta.
- Pavón-Cuellar D. (2020). A psicanálise em face da colonialidade: 18 possíveis usos anticoloniais da herança freudiana. São Paulo: LavraPalavra.
- Praun L. (2023). Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo. In *Icebergs à deriva. O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle V. (2022). *Só mais um esforço*. São Paulo: Vestígio.
- Segato R. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. E-cadernos CES, n. 18.
- Silva M.L. (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Sófocles (441 a.C./2005). *Antígona*. eBooksBrasil.com
- Souza M.L.R. (2005). *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Thorne J. (2025). *Adolescência*. Minissérie. Netflix.
- Veríssimo T.C. (2017). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. In *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Zizek S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo.

Violence: the affective expression of our time

Abstract We are daily confronted with reports and scenes of violence; we live in a society at war. This text aims to analyze this reality, considering its aspects of exclusion, extermination, and overflow. What calls do these political, economic, and cultural dynamics make to Psychoanalysis? What responses have been developed? In conclusion, possible horizons are envisioned.

Keywords violence; war; neoliberalism; racism; decolonization; workplace violence.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 10/2025